



Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

D. ADMINISTRATIVA ADMINISTRATIVA EFINANCEIRA (DAF)

INFORMAÇÃO n.º 6 / 2019 . mjose

DATA : 2019/02/12	
NIPG : 870/19	DE : Técnica Superior
REGISTO (DOC.) : 1370	PARA : Vice-Presidente da Câmara Municipal de Alfândega da Fé
CLASSIFICADOR :	
PROCESSO : ----	ASSUNTO : Aquisição de prestação de serviços para assegurar georreferenciação dos limites da propriedade rústica do concelho de Alfândega da Fé (BUPI)

DESPACHO :

Aprovo

14-02-2019

PARECER :

Pode a Sr^a Presidente aprovar as peças do procedimento "Aquisição de prestação de serviços para assegurar georreferenciação dos limites da propriedade rústica do concelho de Alfândega da Fé (BUPI)"

Deve ainda assinar convite e caderno de encargos

Carla Victor- Chefe da DAF em 13-02-2019

SEGUIMENTO:

Empty box for follow-up information.

TEXTO :

No cumprimento do despacho Superior de 11/02/2019 do Sr. Vice Presidente da Câmara Municipal, exarado na informação 2019, doc 1100, do Gabinete de apoio ao executivo, e de acordo com o parecer datado de 12/02/2019 da Chefe Divisão Administrativa e Financeira, cumpre informar sobre os tramites legais, para efeitos de procedimento.

1. Da decisão de contratar:

De acordo com o estipulado nos art.º (s)32º. a 36º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei no 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua redação revista e atualizada (doravante designado por CCP), solicita-se autorização para aquisição de prestação de serviços para assegurar georreferenciação dos limites da propriedade rústica do concelho de Alfandega da Fé (BUPI).

2. Escolha do tipo de procedimento:

Para os efeitos previstos, no art.38.º do CCP, propõe-se que, seja realizado um procedimento através de ajuste direto.

3. Entidades a convidar:

Quanto ao número de entidades a convidar, prevê o art.114º, CCP, que, sempre que o considere conveniente, a entidade adjudicante pode convidar a apresentar proposta mais de uma entidade.

Propõe-se, que seja convidada a seguinte entidade prestadora deste tipo de serviços, conforme indicação dos serviços:

Bruno Dantas Torres.

Verifica-se o cumprimento do disposto no n.º (s) 2 e 5 do artigo 113.º do CCP; não se verificando qualquer impedimento legal para efeitos de convite.

4. Aprovação das peças:

De acordo com a alínea a) do n.º1 art. 40 do CCP, solicita-se a aprovação de programa do procedimento –caderno de encargos e convite.

5. Preço:

Para os efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, e de acordo com a alínea a) do n. 1 do art. 47.º do CCP, estima-se que o respetivo preço contratual não deverá exceder o valor de **€6.985,77**(seis mil novecentos oitenta cinco euros e setenta sete centimos) acrescido do IVA, a satisfazer pela proposta de cabimento 222/2019.

O preço foi fixado, em função da remuneração base da Administração Pública (salário mínimo da função pública, fixado pelo Governo).

6. Do Júri do procedimento:

Nos termos do artigo 67.º do CCP, os procedimentos para a formação de contratos são conduzidos por um Júri, salvo no caso de ajuste direto em que tenha sido apresentada uma única proposta. Dispensa-se assim, a constituição de Júri do procedimento.

7. Caução:



Não à lugar a prestação de caução.

8. Das diversas fases de procedimentais:

Depois de ponderados os aspetos supra referidos, cumpre informar sobre as diversas fases do procedimento:

- a) Do prazo para a apresentação de proposta: O prazo para a apresentação de proposta, pela entidade adjudicatária, é fixado livremente no convite, devendo, no entanto, ser respeitado um período razoável para a preparação da proposta, tendo em conta as características e a complexidade das prestações a realizar (art.º 63º/2. CCP).
- b) Esclarecimentos e retificação das peças do procedimento: Fixando-se um prazo de 5 (cinco) dias para apresentação de proposta, os esclarecimentos sobre as peças do procedimento, bem como as retificações das mesmas, podem ser prestados ou efetuadas até ao dia anterior ao termo daquele prazo (artº116º, CCP).
- c) Da adjudicação: Depois de adjudicado, notifica-se a decisão da adjudicação e subseqüentemente pede-se ao concorrente os documentos de habilitação referidos no art.º 81º/1, CCP. No presente caso deve o concorrente apresentar no ato da apresentação da proposta apresentar os documentos de habilitação conforme é solicitado no convite.

9. Entidade competente:

Ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei no 197/99, de 8 de Junho, que se mantêm em vigor por força do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na atual redação, a entidade competente para autorizar a despesa é a Senhora Presidente da Câmara Municipal. No uso dos poderes que lhe foram delegados foi subdelegada no Sr.º Vice Presidente da Câmara Municipal por despacho de 19 de outubro de 2017, as suas competências no âmbito da contratação pública.

Anexos:

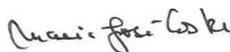
Convite

Caderno de encargos.

CONCLUSÃO :

Propõe-se, que as peças do procedimento sejam aprovadas para o devido andamento do processo, se assim for determinado superiormente.

A Técnica Superior:



Maria José Costa
12-02-2019 M. José Costa